
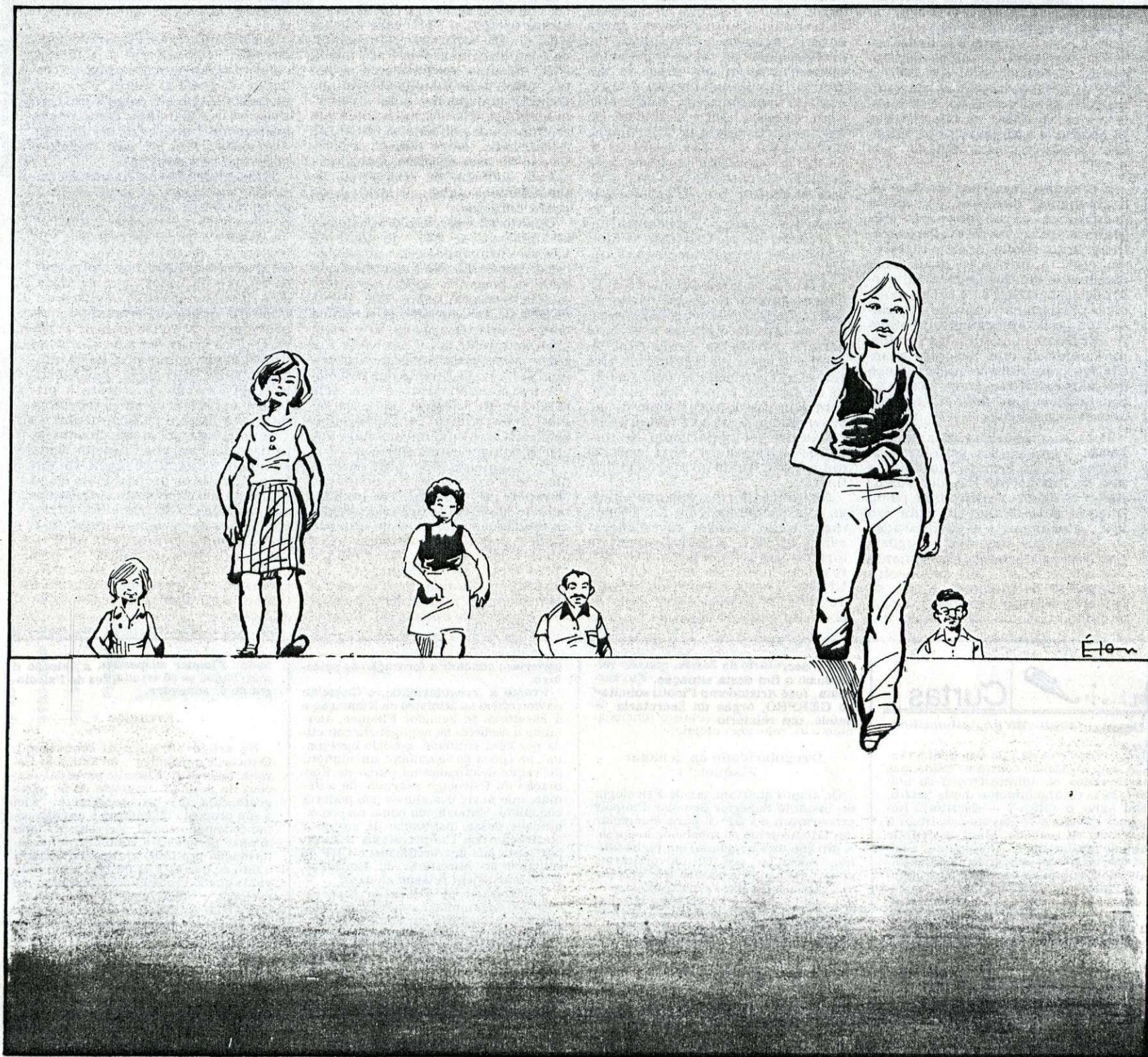


# JORNAL CRP-06

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA • 6ª Região  
Nº 57 • Ano 8 • Novembro-Dezembro 88



**A Assembléia  
já decidiu  
qual é o valor da  
anuidade de 1989.**



**Um Congresso Latino-  
Americano de Psicanálise  
e as suas discussões  
próximas às do temário  
do I CONPSIC.**



**Há ética subjacente às  
técnicas? Este é o debate  
de uma mesa-redonda do  
I CONPSIC.**

## Pesquisa: o perfil do psicólogo na 6.<sup>a</sup> Região.

**E**m 1981, o Conselho Regional de Psicologia-6.<sup>a</sup> Região e o Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo realizaram uma pesquisa que resultou na posterior publicação do livro "O Perfil do Psicólogo no Estado de São Paulo", onde foram divulgados os dados sobre a profissão levantados naquela época. Recentemente, em 1987, o CFP e o CRP-06 iniciaram mais um trabalho dessa natureza, com o objetivo de atualizar as informações já obtidas e acompanhar as possíveis mudanças nos últimos seis anos.

A pesquisa atual, ora em fase de acabamento, baseia-se em dados estatísticos agrupados em três grandes áreas: variáveis demográficas (sexo, idade, local de residência etc.); a formação acadêmica (faculdade em que se formou, cursos de especialização etc.) e o exercício profissional (tipo de atividade, tempo de atuação etc.). Embora apresente os resultados sob forma numérica, uma pesquisa quantitativa possibilita a interpretação dos seus índices levando, assim, às constatações que definem os contornos da profissão.

Para a composição da amostra, foram entrevistados psicólogos situados 74% na grande São Paulo e 16% no interior do Estado. Vários dados coletados reafirmam o perfil traçado pela avaliação feita em 1981. A primeira é a configuração da Psicologia enquanto categoria profissional predominantemente feminina e jovem: 86% da amostra compõe-se de mulheres e 14% de homens, estando a grande maioria na faixa etária de até 39 anos.

Há, porém, no estudo um aspecto novo: surgiram diferenças entre os sexos masculinos e femininos no que diz respeito ao envolvimento estabelecido com a profissão. Os homens trabalham mais, considerando tanto a inserção no mercado de trabalho quanto a própria carga horária ocupada. Além disso, os profissionais de sexo masculino tendem a atuar em mais de um campo (simultaneamente) e apresentam rendimento financeiro mais elevado. Outro indicador da discrepância refere-se à formação profissional: 65% das mulheres tiveram a faculdade custeada pela família; no caso dos homens, o índice se inverte com 62% deles que custearam a sua faculdade. Em relação aos cursos de especialização, o registro de participação é também maior no contingente masculino.

O fato de os homens bancarem financeiramente a própria profissionalização já esclarece a diferenciação da atitude que eles assumem perante o trabalho. Outra explicação pode estar na hipótese de eles serem os responsáveis pelo sustento da família e, por isso, encararam a profissão como meio de sobrevivência. Uma vez não pressionadas por esta prioridade, as mulheres apresentam uma posição mais fluida frente ao exercício profissional.

No item da formação acadêmica, as referências indicam a presença maciça das escolas particulares: cerca de 90% da amostragem se formou nas particulares e os 10% restante dividem-se entre USP e a UNESP (Assis e Ribeirão Preto). Todavia, a análise desse dado do ponto de vista da inserção no mer-

cado de trabalho reverte as médias: as escolas públicas colocam no mercado cerca de 82% dos seus formandos, enquanto nas particulares, as porcentagens de colocação se reduzem bastante: a PUC está na faixa de 75%, a OSEC no patamar de 48%, a FMU com 49% e a FEC do ABC com 53%. Nos resultados demonstrados pela FMU e pela FEC, há uma observação a se notar: estas duas faculdades são justamente aquelas nas quais, historicamente, o CRP-06 mais interveio em função de pendências éticas, de fiscalização, entre outras. Apesar de não ter esse objetivo, a pesquisa revela indícios de problemas já identificados antes, na prática da nossa entidade.

Quanto ao exercício profissional, encontraram-se 65% do total da amostra afirmando estar no exercício da profissão. No tocante à atividade, a pesquisa aponta uma tendência bastante conhecida: cerca de 80% da categoria elege a clínica como principal área de interesse, principalmente a psicoterapia e a psicanálise. Essa mesma variável, analisada no segmento dos psicólogos que abandonaram o exercício profissional, mostra: 60% trabalharam em clínica, 20% em organização, 17% em educacional e 7% em psicologia comunitária.

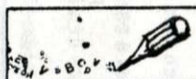
No segmento dos profissionais que estão exercendo, a informação se repete nos resultados de uma tabela de mobilidade que acompanha as mudanças ocorridas na atuação desde a primeira experiência até a atual. Nesses dados, a área clínica apresentou um crescimento expressivo, captando 26% de novos profissionais, mantendo atuantes 35% e perdendo apenas 7%. Nas ou-

tras áreas, a situação se equilibra, ou seja, o número de psicólogos que saem equivale ao daqueles que ingressam. Vale ressaltar que as entrevistas foram feitas durante a vigência do Plano Cruzado e essa circunstância talvez tenha interferido.

A demanda de serviços psicológicos não corresponde à tamanha concentração num só campo de trabalho. E, mesmo assim, o modelo de psicoterapia em consultório continua se reafirmando como opção preferencial, apesar de ser um serviço sofisticado, de alto custo e com clientela restrita.

Essa contradição deixa de ser curiosa se notarmos a reação da categoria frente à seguinte pergunta: De maneira geral, a resposta foi: realização pessoal. Então, diante de uma motivação tão individual, os fatores impostos pelo mercado, sem dúvida, não têm o devido peso. Como as condições reais tendem a prevalecer, a consequência poderá, muitas vezes, ser a de abandono de atividade, como se vê neste índice: 71% dos psicólogos, que desistiram da atuação, buscaram a primeira experiência na perspectiva de se realizarem pessoalmente.

Se verificarmos o posicionamento das faculdades a respeito desta situação, o círculo se fecha. De um lado, os futuros profissionais estão alimentando expectativas fantasiosas em relação ao trabalho; de outro, temos as escolas reforçando o mito, quando não oferecem uma visão crítica dessa realidade. É uma estratégia que contribui para a reprodução dos traços da profissão e impede a ampliação dos campos de atuação.



### Curtas

#### Desmantelamento de ambulatório

Os moradores da Vila Brasilândia estão se mobilizando contra as mudanças instauradas na administração do ambulatório de atendimento desse bairro. Em julho, o ERSA 7 - Escritório Regional de Saúde 7.<sup>a</sup> Região substituiu a diretoria da unidade, além de demitir alguns profissionais. Atualmente, a nova diretoria vem aplicando medidas punitivas à equipe de trabalho ambulatório, tais como: proibição de uso de telefone, controle rígido de horários, entre outras. A Comissão de Defesa do Ambulatório - constituída por usuários e a população local - conseguiu audiência

com o Secretário da Saúde, quando reivindicou o fim desta situação. Em resposta, José Aristodemo Pinotti solicitou ao GERPRO, órgão da Secretaria de Saúde, um relatório sobre o funcionamento da referida unidade.

#### Irregularidade na Senador Flaquer?

Os alunos quartanistas de Psicologia do Instituto Superior Senador Flaquer procuraram o CRP-06 para denunciar um fato ocorrido no mencionado curso. A direção da Faculdade, em junho último, informou aos 50 universitários aprovados no 8.<sup>o</sup> semestre que não havia vagas suficientes no 9.<sup>o</sup> semestre e, por isso, fariam uma seleção, na qual somente de 18 a 24 alunos ingressariam no último ano letivo; os demais estudantes obteriam a licenciatura e não

podariam concluir a formação de psicólogo.

Frente à irregularidade, o Conselho enviou ofício ao Ministro da Educação e à Diretoria da Senador Flaquer, alertando a respeito da negligência cometida por essa entidade, quando apresentou, na época do vestibular, um número de vagas destinadas ao Curso de Formação de Psicólogo sabendo, de antemão, que parte dos alunos não poderia concluí-lo. Entendendo como responsabilidade dessa instituição de ensino a efetivação dos compromissos assumidos junto aos universitários, o CRP-06 solicitou ao Ministério da Educação providências em relação ao caso.

O Secretário de Educação Superior do MEC encaminhou a questão à Delegacia do Ministério em São Paulo, que intercedeu em favor dos alunos prejudicados. Como resultado, a Faculdade Se-

nador Flaquer suspendeu a seleção e matriculou os 50 estudantes de Psicologia no 9.<sup>o</sup> semestre.

#### Erramos

No artigo "Orientação Profissional. O social e o psíquico", de Mania S. Dewick, houve supressão de parte das orações do período composto do 5.<sup>o</sup> parágrafo, cuja correção é a seguinte: "Fiel à sua proposta de focar a escolha como fenômeno social, Ferretti faz uma análise perspicaz e contundente da informação profissional, apontando para o fato de que esta se destina a um indivíduo que vai (ou deveria) processá-la racional e objetivamente, confrontando-as com os "dados" sobre si mesmo (referentes às habilidades, interesses e aptidões)".

## EXPEDIENTE

#### Conselho Regional de Psicologia - 6.<sup>a</sup> Região

**Conselheiros:** Aicil Franco, Antonio Carlos Simonian dos Santos, Benedito Adalberto Boletta de Oliveira, Bronia Liebesny, Carlos Afonso Marcondes de Medeiros, Carlos Rodrigues Ladeia, Frida Zolty, Maralúcia Arenque Ambrósio, Marlene Guirado, Nanci Bühner, Oscar Armani Filho, Regina Heloisa Maciel, Sonia Regina Jubelini, Sueli Duarte Pacífico, Yara Sayão.

**Sede - São Paulo:** Rua Borges Lagoa, n.º 74, CEP 04038, telefones provisórios (011) 572.9235 e 575.0857.

**Delegacias - ABC (Marlene Bueno Zola):** Rua Luis Pinto Flaquer, 519, 6.<sup>o</sup> andar, sala 61, fone 444.4000, Santo An-

**dré. Assis (Elizabeth Gelli Yaslle):** Rua Angelo Bertoncini, 545, fone (0183) 22.6224. **Bauru (Marly Bighetti Godoy):** Rua Batista de Carvalho, 4-33, 2.<sup>o</sup> andar, salas 205/206, fone (0142) 22.3384. **Campinas (Hélio José Guilhardi):** Rua Barão de Jaguará, 1481, 17.<sup>o</sup> andar, sala 172, fone (0192) 32.5397. **Campo Grande (Irma Maccario):** Rua Dom Aquino, 1354, sala 97, fone (067) 382.4801. **Cuiabá (Marisa Raduenz):** Av. Tenente Coronel Duarte, 549, sala 302, fone (065) 322.6902. **Lorena (Maria da Glória Soares):** Rua N. S. da Piedade, 185, sala 9, fone (0125) 52.1644. **Ribeirão Preto (Vladimir Marchetto Leite):** Rua Cerqueira César, 481, 3.<sup>o</sup> andar, fone (016) 636.9021. **Santos (Dorian Rojas Finoc-**

**chio):** Rua Paraiba, 84, fone (0132) 39.1987. **São José do Rio Preto (Maria Alice T. Fachini):** Rua 15 de Novembro, 3171, 9.<sup>o</sup> andar, sala 91, fone (0172) 21.2883.

#### JORNAL DO CRP-06

**Jornal do CRP-06** é o órgão de orientação do exercício profissional publicado bimestralmente pelo Conselho Regional de Psicologia - 6.<sup>a</sup> Região.

**Comissão de Divulgação e Contato:** Maralúcia Arenque Ambrósio, Marlene Guirado, Sueli Duarte Pacífico.

**Assessor da Comissão:** Roberto Yutaka Sagawa

**Jornalista responsável:** Sueli A. Zola (MTb 14.824)

**Diagramação:** Ribamar de Castro  
**Revisão:** Maria Aparecida F.M. Bussolotti

**Ilustrações:** Edson Dias (Éton)  
**Redação:** Rua Borges Lagoa, 74, CEP 04038, telefones provisórios (011) 572.9235 e 575.0857, São Paulo.

**Composição, fotolito e impressão:** Jorues Companhia Editora, fone 815.4999.  
**Tiragem:** 28.000 exemplares.

As colaborações enviadas ao **Jornal do CRP-06** poderão ser publicadas integral ou parcialmente. Em ambos os casos, a fonte de informações será referida conforme os originais enviados, os quais poderão sofrer ou não alterações consideradas necessárias, de acordo com critérios editoriais.

# Quando afeta a saúde mental?

**A** Assembléia Nacional Constituinte aprovou, em primeiro turno, direitos trabalhistas (no Título II, Capítulo II) que, embora signifiquem um inegável avanço em direção ao desenvolvimento social do País, receberam duras críticas por parte do empresariado e também de representantes do Governo Federal. Dos dispositivos aprovados, um item foi alvo de maior ataque: o inciso XIV do artigo 7º que determina "jornada máxima de 6 horas para trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento".

Apesar da reação adversa, o Congresso Constituinte sancionou no dia 10 de agosto último, em segundo turno de votação (fase em que se define o texto definitivo da Nova Constituição), a emenda que estabelece turno de 6 horas para regime de revezamento, retirando do inciso a expressão "máxima" e mantendo a ressalva "salvo negociação coletiva". Assim, a primeira e mais difícil etapa na luta por tal conquista já foi superada. Resta, agora, as entidades sindicais manterem a organização para garantir a efetivação prática do direito e enfrentar as possíveis represálias dos empresários.

Edith Seligmann Silva, psicoterapeuta e professora do Departamento de Medicina Preventiva da USP, justificou a importância de destacar as relações entre saúde mental e jornada de trabalho em sistema de revezamento, nos seguintes termos:

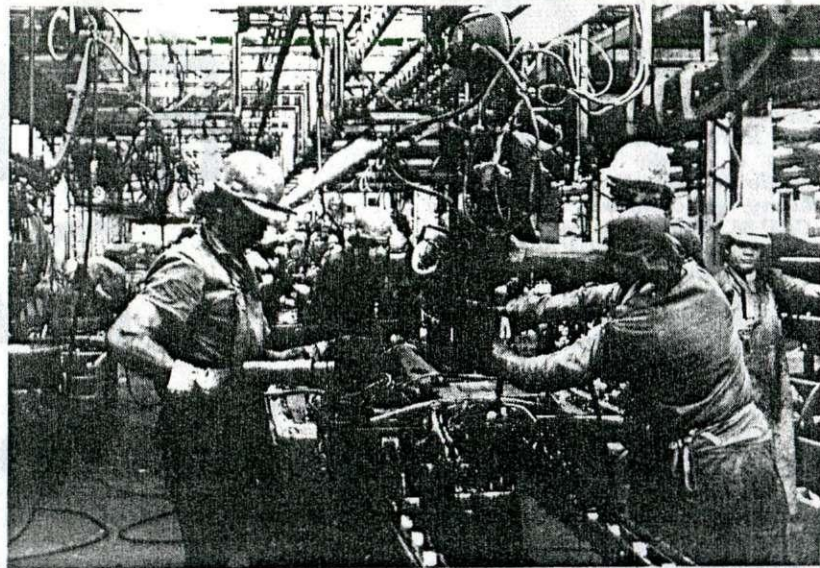
"Os turnos alternados não são considerados como o fator único e isolado no surgimento de distúrbios psíquicos vinculados ao trabalho, uma vez que os mesmos têm causas imbricadas como: ritmo intenso, duração excessiva de jornada, controle rígido e pressões de chefia, enfrentamento de ruídos e outras condições tensiôgenas. Todavia, há nesse regime de horário,

em si, características específicas que provocam alterações tanto de nível fisiológico como de nível psicossocial nas pessoas.

Em termos fisiológicos, o aspecto mais insalubre ocasionado pelo revezamento refere-se às mudanças do ritmo circadiano, afetando o ciclo sono/atividade e a alimentação dos trabalhadores. Nesse sistema de turnos, nas fases de trabalho noturno, o funcionamento natural do organismo das pessoas é forçosamente invertido pelo fato de elas terem de dormir durante o dia. E, como o sono no período diurno possui capacidade de recuperação do desgaste, (especialmente do desgaste mental), inferior ao do sono noturno, há um acúmulo de cansaço, que, com o tempo, pode se tornar um estado de fadiga constante. Além disso, o aparelho digestivo, que se regula através de horários habituais de refeição (desjejum, almoço e jantar) é diretamente afetado pela inversão, ocorrendo falta de apetite. Também as doenças como gastrite, úlceras do estômago e duodeno são mais comuns em pessoas que atuam em regime de revezamento, comparando-se àqueles que trabalham durante o dia. Por fim, a dessincronização dos bioritmos humanos pode provocar, ainda, mudanças no metabolismo e outras alterações que facilitam o desencadeamento do diabetes.

Junto com os prejuízos de natureza biológica, ocorrem também os danos de origem psicossocial; ou seja, a participação social e o lazer ativo obedecem a regras comuns como manter encontros, visitas e passeios sempre aos sábados e domingos (que são os momentos usualmente livres). O trabalhador em regime ininterrupto de revezamento, porém, em geral, tem quase todas as folgas no meio da semana e, por isso, fica impedido de desfrutar dessas possibilidades de contato.

No relacionamento familiar, esse



L. Gervardi/Agência Estado

desencontro de horários acarreta problemas ainda mais graves. A relação conjugal e a vida sexual do trabalhador tornam-se complicadas pelo motivo óbvio que é a falta de oportunidades de convivência. No que diz respeito aos filhos, a dificuldade é a mesma, acrescentados, aí, novos incômodos como, por exemplo, a irritabilidade sentida por um dos pais que precisa dormir justamente no período em que as crianças fazem mais barulho. Para contornar essa circunstância, muitas vezes, a pessoa faz um esforço penoso para se conter, de modo a evitar brigas com os filhos ou cônjuge. Esse autocontrole excessivo, no entanto, não resolve a situação. A irritação reprimida gera maior tensão que, somada à insatisfação afetiva, poderá produzir distúrbios psicossomáticos (como hipertensão arterial) ou resultar em quadros psicopatológicos. Nos estudos que temos realizado encontramos, vinculados ao trabalho em turnos, casos de uso abusivo de bebidas alcoólicas, estados de depressão e até separações de casais.

Os fatores prejudiciais à saúde dos trabalhadores, apesar de evidentes, não foram considerados pelo empresariado que sustentou a posição contrária ao limite de 6 horas de jornada, preocupando-se apenas com a elevação dos custos industriais. É uma ótica imediatista que não permite ver as vantagens econômicas da medida aprovada, dentre as quais alinham-se: com menos cansaço haverá maior

qualidade da produção, menor absenteísmo e prevenção contra acidentes de trabalho. Vale lembrar, sobretudo, que quanto maior a adoção de tecnologia de ponta, maior a carga mental de trabalho e, portanto, aumenta a necessidade de jornadas mais curtas, tanto para evitar o acúmulo de fadiga e as conseqüentes falhas nas últimas horas do período de trabalho, como para permitir tempo suficiente de recuperação.

Nos países desenvolvidos, o respeito às necessidades de saúde e qualidade de vida dos trabalhadores já levou à redução dos dias e horas trabalhados daqueles que operam em turnos alternados. Aqui no Brasil, o direito aprovado pela Constituinte poderá ser um avanço social, desde que outras condições desgastantes — como ritmo intenso, insuficiência de folgas — não sejam agravadas, conforme já ameaçam algumas empresas.

Para finalizar, cabe assinalar um novo aspecto: a discussão deflagrada em torno do tema está sendo importante para a Psicologia e Psiquiatria brasileiras, que sempre pensaram a produção social dos distúrbios psíquicos e psicossomáticos a partir da estrutura familiar. O trabalho, do modo que se organiza atualmente, contribui muito para o sofrimento mental; e esse dado (antes minimizado em nosso meio) passou a integrar os recentes estudos da área também no Brasil. Isso, sem dúvida, é outra conquista".

## Quanto é a anuidade de 1989?

O CRP-06 convocou os psicólogos da 6ª Região e realizou, em sua sede, no dia 19 de setembro, a Assembléia Geral Ordinária que teve como pauta dois itens: 1) prestação de contas da entidade através de um demonstrativo orçamentário de 1987/88; e 2) exposição, discussão e votação dos orçamentos — programa para 1989.

Na prestação de contas de 1988, a Gestão Palavra Aberta II se sente bastante gratificada em poder anunciar que foram alcançadas todas as metas propostas e aprovadas pela Assembléia Geral Ordinária anterior. Diversas destas metas podem ser citadas. Em termos administrativos: a microfilmagem dos prontuários dos psicólogos; o Programa de avaliação de desempenho e descrição de cargos dos funcionários do CRP-06 na sede; um Plano geral de benefícios aos funcionários do CRP-06. Em termos políticos: a realização do I CONPSIC; a confecção de um cadastro dos psicólogos por área de atuação; análise dos dados da pesquisa sobre os psicólogos da 6ª Região. Em termos patrimoniais: a mudança da sede do CRP-

06; a compra de um PABX. Além da realização de todos estes projetos, foi dada a continuidade aos trabalhos das diversas Comissões do CRP-06 (Diretoria, COF, Ética, Delegacias, Divulgação e Contato) e da representação/participação do CRP-06 no Plenário dos Trabalhadores de Saúde Mental, na Rede Criança e no Conselho Estadual de Entorpecentes.

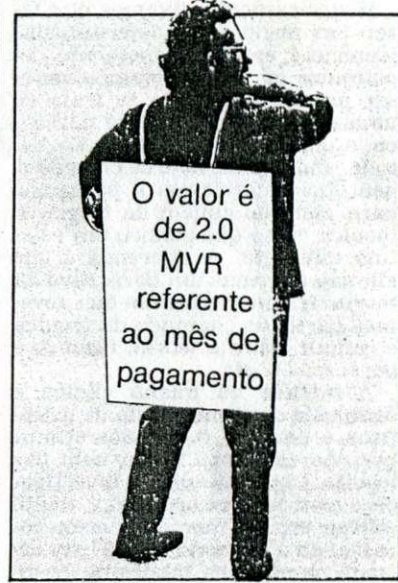
Para 1989, foram apresentadas três propostas-programa e colocadas em votação. A Assembléia decidiu pela aprovação da Proposta I que contemplou a viabilização de todos os projetos propostos. Estes são oito: 1) implantação de terminais de computação na sede do CRP; 2) continuidade do projeto de microfilmagem dos prontuários dos psicólogos; 3) agilização da infra-estrutura necessária ao processo eleitoral; 4) publicação dos Anais do I CONPSIC e publicação de livro com trabalhos do I CONPSIC; 5) espaço na TV e produção de um vídeo; 6) campanha publicitária conjunta (CRPa/CFP); 7) implantação de Representação do CRP-06 em Alta Floresta e Rondonópolis (MT) e em

Três Lagoas e Dourados (MS); 8) adaptações na sala de recepção da sede do CRP-06.

Ao aprovar a Proposta I, foi fixada a anuidade de 1989 (pessoas físicas) pelo índice 2.0 do Maior Valor de Referência (MVR) correspondente ao mês de pagamento. As formas de pagamento serão duas: 1) à vista, com 10% de desconto, até 31 de março de 89; 2) parcelado, em 3 vezes, sem desconto, com vencimentos em 06/01, 06/02 e 06/03/89.

Um alerta importante para os psicólogos: quem não receber pelo correio as guias de pagamento da anuidade de 89 até 20 de dezembro de 88, deverá procurar imediatamente o CRP-06. Caso o psicólogo deixe vencer o prazo de pagamento, passará a pagar multa, juros e correção monetária devido ao atraso.

A Assembléia também decidiu que as tabelas de taxas e de anuidades e outras contribuições (exceto o item Substituição de Carteira) e as tabelas de multas para infrações disciplinares permanecerão com os mesmos índices de MVR aprovados na Assembléia de 87.



Este é o tema da mesa-redonda composta por 3 expositores: Maria Melo Azevedo, Ana Maria Andrade Lenzi e Fabio A. Herrmann, com a coordenação da Conselheira Bronia Liebesny, da Comissão de Ética do CRP-06. Esta mesa-redonda acontecerá durante o I CONPSIC, no dia 6 de novembro.



O tema surgiu como proposta de discussão no I CONPSIC porque o CRP-06 frequentemente recebe, sob forma de denúncia ou apenas de informação, casos em que estão implicadas de maneira simultânea as questões éticas e as teórico-técnicas. Por exemplo, a utilização de técnicas como Psicodrama na seleção de profissionais para preenchimento de cargos em organizações de educação, saúde ou trabalho. Outro exemplo é o de terceiros que denunciam o modo de os terapeutas se conduzirem em relação aos pacientes. Tais casos não são abrangidos e resolvidos unicamente no âmbito da lei contemplada no Código de Ética. Eles suscitam discussões amplas, para além da lei, na medida em que demandam também um aprofundamento ao nível da configuração teórico-técnica.

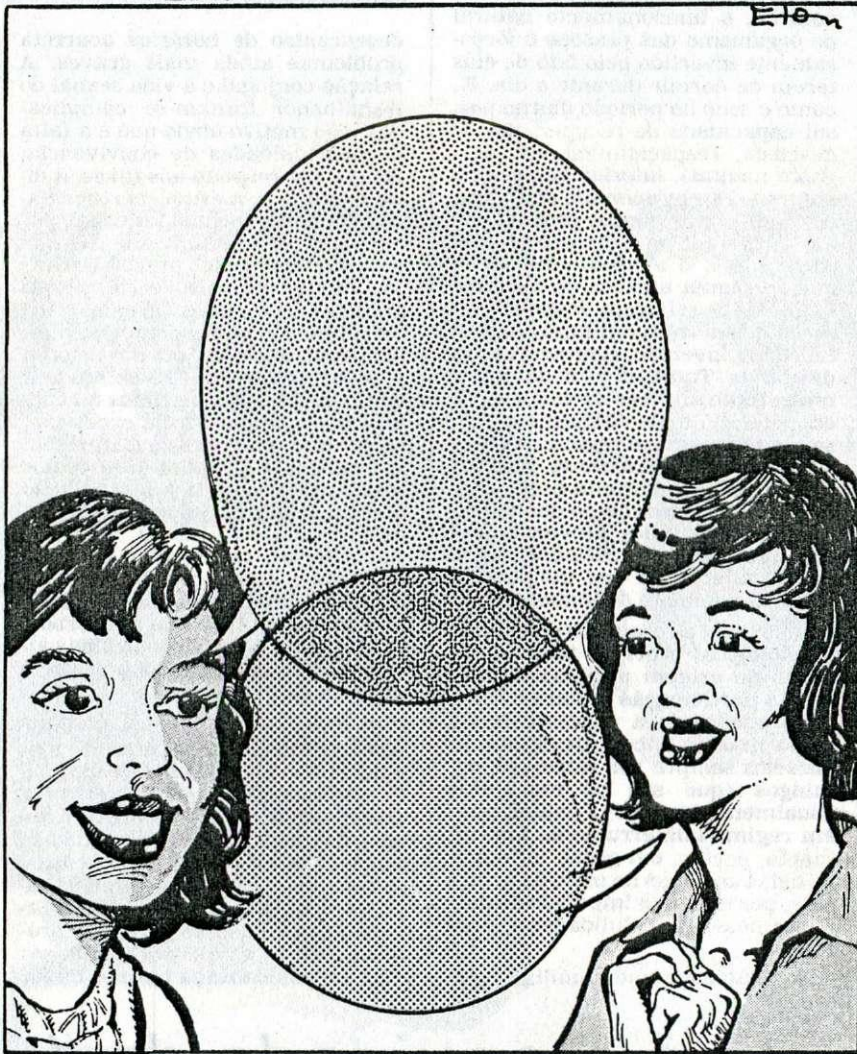
Na mesa-redonda do I CONPSIC, três técnicas (Psicanálise, Psicodrama e Terapia Corporal) serão abordadas por sua significância e recorrência entre as ações psicológicas. Nesta edição do Jornal do CRP-06, abordamos a Psicanálise como um levantamento prévio, da mesa-redonda do I CONPSIC, de algumas questões relativas ao tema. Fomos entrevistar Chaim Samuel Katz, psicanalista e pensador brasileiro, que escreveu o livro *Ética e Psicanálise*: uma introdução (Edições Graal, 1984), além de inúmeros outros livros e ensaios em revistas e coletâneas publicados sistematicamente nos últimos 20 anos.

**Q**ual é a sua opinião sobre as relações entre teoria, técnica e ética psicanalíticas? Chaim S. Katz — Não se pode pensar que a ética passe apenas pela questão da teoria ou que a técnica venha apenas da teoria. Penso que é uma arrogância tomar o saber desde um único vértice para o qual nos dirigimos. A experiência psicanalítica venceu porque não era apenas uma verdade importantíssima, mas, porque deu, também, poder e libido para as pessoas que se inscreveram nela.

Historicamente, tivemos que fazer um apelo para determinadas técnicas e, em algum momento, declarou-se que não sabíamos analisar psicóticos, porque se trata de uma estrutura de neurose narcísica, a qual não era analisável. Contudo, analisamos hoje os chamados neuróticos narcísicos e passamos para além ou aquém da teoria. A técnica como que ganhou um estatuto diferente. A diferença é que ela não é apenas um derivativo da teoria. Há momentos em que devemos partir do chamado da técnica e refletir sobre a teoria, fazendo o percurso oposto.

A metade da minha clínica é composta de atendimento de psicóticos e obtenho resultados ótimos que não estão nos livros, nem nas teorias, e que me custam investigações nem sempre ortodoxas, muito difíceis etc. No momento, estou começando a escrever sobre este assunto numa linha inteiramente di-

# ÉTICA DAS TÉCNICAS



ferente do que já se escreveu, mas não tenho em princípio os fundamentos teóricos dessa investigação que estou desenvolvendo. Tenho-me apoiado em diversos instrumentos, mas sinceramente não tenho instrumentos bem-acabados, que nem a mim satisfazem.

A ética é inerente à configuração da teoria e da técnica psicanalíticas?

Chaim S. Katz — Essa pergunta supõe quase que uma filiação ou uma linhagem, na qual uma afirmação teórica funda uma técnica e, a partir desta, funda uma clínica. Quem somos nós, que lidamos com o sujeito, para dizer que sabemos o que vai acontecer, como se a ética já fosse dirigida? Coloco a questão sobre a ética em termos de atos éticos diante de situações concretas, pois é preciso algo que nos oriente. Não é no sentido de dirigir, mas de saber como lutamos, por que eu me denomino psicanalista, como estamos instituídos etc.

Por aí há uma ética psicanalítica. Daí a pensar que a ética atravessa o campo da episteme da psicanálise, parece-me insuficiente. Por exemplo, um psicanalista que conhece e sabe trabalhar psicanaliticamente e que tem um cargo de poder, mas ele é muito violento, regressivo na sua atuação institucional. Isso é ético? Só porque ele sabe psicanálise e exerce o saber? São perguntas que dizem respeito à política da psicanálise. Não se trata de política no sentido partidário ou ideológico, mas de uma política de intensidade, de força. Uma política concreta de atos que modificam não apenas os designios, as vidas das pessoas que nos procuram como analisandos, mas também as nossas, o modo de relacionamento com os nossos colegas, o fato de vivermos dessa profissão etc.

Penso que há registros diferentes de ética a serem considerados. Na minha opinião, a ética deve ser verificada nesta multiplicidade e por

isso acho que o ato ético é também motivo de conflito. Devemos pensar como ele nasce, em que condições se dá etc.

Há quem acredite que, ética ou tecnicamente, existe uma neutralidade do "setting" e do psicanalista. Será que se constata mesmo essa neutralidade?

Chaim S. Katz — Essa noção de neutralidade passiva vinha desde Freud, a partir de 1919, com *Uma criança é surrada* e, especialmente, com *O problema econômico do masoquismo*, quando colocou o problema do masoquismo primário desde a posição do sujeito enquanto receptor, ou do sujeito antes de se tornar sujeito. Então, a técnica psicanalítica seria por isso neutra passivamente, mas não é. Estamos "settados" como psicanalistas. To sett significa colocar. Se alguém coloca, não há neutralidade. É claro que, dentro de determinado registro de produção do inconsciente, procuro uma neutralidade de não me infiltrar no eu do sujeito, mas é uma neutralidade por referência ao eu do sujeito. O analista não direciona, não dirige, mas não há neutralidade. Não é neutro como se costuma pensar que é o espelho: dê uma pancada distraidamente nele para ver se é neutro...

Para um processo psicanalítico ser bem sucedido, ele deve ser necessariamente ético?

Chaim S. Katz — Acho que sim. Porque se trata da necessidade de relacionamento do homem consigo mesmo. Na investigação do inconsciente, o psicanalista precisa dotar o inconsciente de uma certa relação com a consciência, mais autônoma do que tem em geral. Para isso é preciso atravessar um certo processo que até chamaria de desagregativo, disruptivo, para que possa haver uma expansão psíquica.

Guardaria aqui um lugar para uma releitura do imperativo categórico de Kant (obviamente não poderei desenvolvê-la no espaço de uma entrevista). Acho que podemos passar a pensar o imperativo categórico como um diálogo com a consciência, o que não foi algo cogitado por Kant. Deve haver a leitura de uma adequação a um certo prazer naquilo que fazemos. Eu queria ser freudiano, nesse sentido. Quando você tem prazer em ser analista, você está executando um ato ético. Esta é uma idéia nova que estou passando nesta entrevista. Pode carimbar nesta idéia o C.S.K.

Uma outra coisa muito importante para mim é o prazer de pertencer ao comum, aquilo que os alemães chamam de "Gemeinschaft". Não é a sociedade como um todo; é a comunidade, os pequenos grupos. Eu me relaciono com alguns colegas que me selecionaram e eu a eles. Somente brigo com certas pessoas; não brigo com todo mundo. Eu brigo, no sentido do fragmento 53 de Heráclito, no qual o pai de todas as coisas é a luta, o pólemos.

A propósito de sistematizar suas idéias sobre Psicanálise e os vários registros de ética, como as colocaria em poucas palavras?

Chaim S. Katz — Em resumo: se o objeto da Psicanálise é o sistema inconsciente, a ética psicanalítica passa pelas questões das pulsões e do desejo. Mas como a Psicanálise, além de ser um saber teórico sobre pulsão e desejo, é sempre e também saber pulsional e desejante, há que ver também como ela se institui e organiza. Como luta pelo poder, dinheiro, libido etc.

A ética da Psicanálise é plural, diferenciada, pois, se sua ética é acerca das pulsões e desejos, seus atos éticos são pulsionais e desejantes, sempre.

# Um foco latino-americano sobre a Psicanálise

Marlene Guirado

Palavra Aberta



Entre 17 e 22 de julho, aconteceu, em São Paulo, o XVII Congresso Latino-Americano de Psicanálise promovido pela FEPAL (Federação Psicanalítica da América Latina), com o tema **Interpretação: a invariância do método nas várias práticas clínicas**.

Esse evento restringia a participação exclusiva aos membros e candidatos das Associações Psicanalíticas ligadas à FEPAL. Em função de interesses pessoais, nascidos de minha prática clínica, e, sobretudo, do objeto de minha tese de livre-docência (ainda em projeto), solicitei à presidência da FEPAL minha inscrição em caráter especial. Esta foi gentil e atenciosamente autorizada pelo Dr. Fabio Herrmann a quem agradeço, agora, de forma pública.

O lugar de participante especial, como sempre, apresenta vantagens e desvantagens em termos do que é possível captar nessas ocasiões. Como desvantagem, talvez, pudesse eu destacar o desconhecimento dos grupos reais em jogo, tanto a nível teórico quanto político. Por exemplo: a composição dos grupos de bionianos, kleinianos, freudianos ou lacanianos (se é que se poderiam destacar grupos lacanianos). Ou seja, nesse plano teórico, quem era quem ali, era-me difícil saber. Igualmente, era-me difícil avaliar, a nível político, quem era quem na disputa de cargos à eleição para diretoria da FEPAL ou na disputa virtual de cargos das Sociedades regionais.

A não-pertença a um ou outro grupo, no entanto, oferecia-me a vantagem de detectar uma certa tensão entre pessoas e grupos, ataques e defesas, reconhecimentos e negações que se colocavam, evidentemente, como a ponta-de-lança das forças políticas em questão, e não apenas como a expressão de pulsões, angústias e defesas progrididas ou regredidas, características de uma condição humana acima ou exterior aos movimentos do poder.

Um Congresso no qual se coloca a discussão de um tema como a invariância do método psicanalítico, de maneira mais ou menos explícita, propõe-se a delimitar um território do psicanalítico em relação a outras áreas do conhecimento e da prática clínica. Um Congresso que, em sua quase absoluta extensão deu destaque a Bion, Klein e suas variantes, numa notória filiação teórica, veiculou acentuadamente o discurso da importância da autonomia de um pensamento psicanalítico latino-americano. Um Congresso, assim se apresentando, certamente, revela um nível de seu caráter político. Nível este que, sem dúvida, articulou-se a outro, enquanto marcava o fim de uma gestão e elegia nova diretoria.

Seria ingênuo pensar que o estudo da Interpretação constituía-se na única fonte de organização das falas, dos pensamentos e das produções. O fato é que, do interior dessas políticas ou da articulação desses níveis políticos, o Congresso da FEPAL produziu e/ou reprodu-

ziu informações e teorias. E constituiu, enquanto prática de troca de experiência, mais uma ocasião para a psicanálise acontecer. Nesta forma.

O cenário temático foi ocasião de discussões por meio de conferências gerais que reuniam todos os participantes e comunicações simultâneas de trabalhos que permitiam (e forçavam) a escolha. As apresentações todas, de uma forma ou de outra, voltadas para a questão da interpretação. Entretanto, chamou-me a atenção que Freud, Lacan e psicanalistas franceses tivessem espaço tão reduzido, ou, praticamente ausente. Isto se deu, exceto em ocasiões, como a apresentação do interessante trabalho do Dr. Luis Carlos Menezes — "A Psicanálise na França: uma Escola Francesa?" e as concorridas e brilhantes exposições dos Drs. Fabio Herrmann e Sérvulo A. Figueira (às quais me deterei, particularmente, a seguir). A questão do Método, da Teoria e da Prática Clínica e das Áreas de Interpretação (subtemas oficiais do Congresso) era, nestas vezes, trazida pelos expositores e tratada pelos congressistas, "naturalmente", vinculadas a determinados referenciais teóricos

trutura básica, abstrata, Fabio coloca a interpretação como a invariante que permite falar em um método psicanalítico. De maneira convincente, reúne ele, os argumentos para esta sua afirmação. A princípio, distingue os conceitos de processo (a experiência clínica concreta das tantas relações analistas-pacientes), técnica (a normatização, as pautas presentes para estas relações — o enquadre) e teoria (aquela que nasce das interpretações feitas e/ou referenciais tais interpretações). Organiza-os, então, sob a égide do conceito de Método: a estratégia geral configurada pela relação concreta analista-paciente, pautada no enquadre e referida à ocasião de teorização. Faz tais distinções conceituais supondo, de início, que a entrada no circuito produz um Homem Psicanalítico (o objeto institucional da Psicanálise? pergunto eu), tanto no sentido de que, quem se coloca em análise, inevitavelmente, coloca-se na condição de repetir diante de um suposto interlocutor sua queixa ou, mais propriamente, seu sintoma, e encontra como contraponto uma escuta e uma fala que calculadamente (como diz Fabio) o desrespeita numa reiterada aproxima-

contida no tema". Trata a invariância como uma metáfora de fragmentação e dispersão dos contornos da Psicanálise. Por meio da metáfora é possível pensar o que, em si, é impensável. Na verdade, Sérvulo afirma se fazer valer do que a Psicanálise pensa para pensá-la. É uma aplicação da Psicanálise a ela mesma. "A idéia básica é que um campo de conhecimento também tem um inconsciente e também tem que recalcar para poder se estruturar enquanto conhecimento possível".

"É fascinante buscar invariâncias porque enquanto metáfora a invariância funciona, quer queiramos ou não, como defesa contra a angústia que a pluralidade nos gera. (...) Ainda, permite-se, assim, a sensação de um olhar sobre tudo, a partir de um ponto acima que não se contamina com os outros lugares da rede de práticas diferentes. Este olhar funcionaria, então, como um espelho no qual uma multidão, nosso corpo despedaçado, veria refletida de modo nítido a razão pela qual, apesar de tantas diferenças, continuamos a nos sentir psicanalistas (...). Mais que isto, supõe-se a definição do 'perímetro' psicanalítico". Sérvulo cuida, no entanto, de esclarecer que não está falando das pessoas que discutem ou teorizam sobre a questão, ou, que procuram invariâncias. Fala, sim, da Psicanálise como um campo do conhecimento.

Discute ele, finalmente, o poder de que se investe essa busca, "aquele que diz sobre invariância e sobre qual é o invariante definidor de Psicanálise se investe de autoridade; uma autoridade que negativamente se investirá sobre a formação nos Institutos responsáveis por ela". Lembra que, de maneira inevitável, a relação de forças configurada nesta tarefa de delimitar o campo psicanalítico, é ocasião de um jogo de tensões constantes entre o que é e o que não é Psicanálise.

Enquanto Fabio Herrmann afirma uma invariante e Sérvulo Figueira questiona a "tentação" que isto significa, eu, participante especial do Congresso, punha-me a pensar, entre outras coisas, que esta discussão era exatamente a que nos colocávamos quando constituímos o temário do I CONPSIC. Com outras palavras, talvez, com outra organização das falas, com outros profissionais. Mas, certamente, com a mesma preocupação: pensar a viabilidade de se definir uma especificidade de campo do psicólogo ou da Psicologia. E a história recomeça porque é exatamente a mesma pergunta que se coloca: uma ou várias Psicologias?; por que se usa, então, o mesmo nome, Psicologia, para designar práticas que se mostram tão diferentes?; o que é essa Psicologia que fazemos? Estamos bem e seriamente acompanhados...

Marlene Guirado é Conselheira-presidente do CRP-06 e professora do Instituto de Psicologia da USP.

Nota: As citações entre aspas foram retiradas do Anais do XVII Congresso Latino-americano de Psicanálise, que pode ser encontrado na Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo, Rua Sergipe, 441, conj. 51.



(os que já foram aqui nomeados); isto é, falava-se a partir desses referenciais como se eles significassem todos os lugares de produção da teoria e da prática da Psicanálise. Sintoma inevitável do estágio atual da organização do saber psicanalítico por instituições vinculadas à IPA, talvez.

Desse conjunto, faço eu, agora, um recorte para apresentação ao leitor deste *Jornal do CRP-06*, daquilo que, à minha escuta e elaboração intelectual, colocou-se como fator de destaque. Razão da escolha: a abrangência desses trabalhos, sua vinculação direta ao tema, a singularidade de criação teórica com que respondem à questão do Congresso e meu interesse pessoal por eles.

O Dr. Fabio Herrmann, sob o título "Interpretação: a invariância do método nas várias teorias e práticas clínicas", põe em foco, diretamente, o tema do Congresso. Segundo ele, diante da diversidade de práticas e teorias, todas elas nomeadas Psicanálise, cabe a pergunta sobre "a unidade da Psicanálise", sobre o que a caracteriza enquanto teoria e prática nessas variações (o que permitiria, inclusive prosseguir se referindo à Psicanálise no singular, como o fez Fabio Herrmann). Na busca de uma es-

ção/distância, ocasião da interpretação analítica. Começa, então, uma delimitação do conceito de interpretação, ou melhor, do "esquema" interpretação que não se confundirá com aquela, por exemplo, do âmbito de outras regiões do conhecimento, como a Antropologia, a Sociologia, a Linguística, ou mesmo a Psicologia. Este Homem Psicanalítico, base da diferença, é aquele que se constitui numa relação empírica, normatizada e orientada por (e para) uma teoria que supõe: a) que sintoma é a lembrança que não recorda; b) que a cura é o ato de esquecer a partir da emoção, do coração; c) que isto só é possível na transferência que reproduz a busca de uma satisfação que nunca se efetiva (inclusive pela escuta interpretante do analista); d) que revela o descentramento emocional do homem e a insaciabilidade de seu desejo. E nesta compreensão que a interpretação se faz invariante e definidora do método que, como se vê, é a estratégia geral da instituição psicanalítica onde quer que se dêem suas variações.

Dr. Sérvulo Augusto Figueira, por sua vez, toma também a seu encargo refletir sobre o tema do Congresso na Mesa "Teoria em Psicanálise". Toma para si não a tarefa de produzir resposta, mas a de pensar "a natureza da pergunta

# Um alerta aos psicólogos da VASP

**E**m função de uma denúncia trazida pela Associação dos Pilotos da VASP, o CRP-06 enviou, em junho, carta aos psicólogos desta empresa, com o objetivo de orientá-los em relação à possibilidade de ocorrer irregularidades nos serviços de Psicologia da instituição. Como a atitude do Conselho foi mal entendida pelos psicólogos, para esclarecer, publicamos abaixo a íntegra da nossa correspondência encaminhada aos profissionais, bem como, os principais trechos da resposta por eles enviada.

"O Conselho Regional de Psicologia — 6ª Região foi informado, pela Associação dos Pilotos da VASP, que 2 comandantes foram retirados da escala do voo com o argumento de que precisavam ser submetidos a exames psicológicos ainda que suas carteiras de saúde estivessem em plena validade. Entende esta Associação que esse fato é decorrente da greve feita pelos aeronautas, no início do ano. Teme que os psicólogos da VASP sejam convocados para procederem aos exames, a fim de que, através destes, ratifique-se o afastamento dos comandantes.

Diante disto, o CRP-06 vem alertá-los para situações que poderiam caracterizar-se como uma infração dos princípios éticos que norteiam o exercício profissional, acarretando penalidades para os psicólogos envolvidos".

## A Resposta dos Psicólogos da VASP

"Entendemos a existência de um Conselho para proteger os interesses da classe e não para prejudicar o exercício profissional de colegas que vêm trabalhando há vários anos com seriedade e competência, tentando servir a população e abrir caminhos para aceitação do trabalho da Psicologia.

Qual não foi a surpresa dos profissionais de Psicologia da VASP ao sermos:

1º — Advertidos por esse Conselho, através de carta endereçada a cada uma de nós, como carta alerta, havendo desta forma um pré-julgamento, antes de qualquer ação por nós praticada.

2º — Expostas pela própria Conselheira-Presidente desse Conselho, através de:

### LUDOTERAPIA

Montamos, com a supervisão de psicólogos especializados, caixas de ludoterapias completas, com todos os brinquedos necessários à psicoterapia infantil. Entrega imediata no local. Pedidos: (011) 544-1499.

AICIL FRANCO — CRP-06/03272  
DENISE D. MAIA — CRP-06/07625  
MARIA RAYMUNDA R. SPILAK — CRP-06/12091

COMUNICAM MUDANÇA DE ENDEREÇO E TELEFONE DE CONSULTÓRIO

R. Dr. Sodré, 72 — telefone: 543-2225  
Vila Nova Conceição — São Paulo — CEP 04535.

— uma entrevista dada à Associação dos Pilotos da VASP, que habilmente conduziram as perguntas e confeccionaram manchetes sugestivas, publicadas na revista dessa Associação que tem como público todos os tripulantes da empresa e funcionários de Cia Aéreas.

— uma nota publicada no **Jornal do CRP** nº 56 que nos coloca como que "usando a psicologia com fins políticos" estando agora o assunto em domínio público da categoria sem que fôssemos sequer contatadas.

Consideramos o nosso trabalho de extrema responsabilidade e assim procedemos no que diz respeito à seriedade e competência com que vem sendo executado, pois sabemos ser a "Psicologia Aeronáutica" uma especialidade ainda nova no Brasil. Dessa forma, temos procurado nos atualizar através de cursos específicos e pesquisas, para melhor alicerçarmos nosso trabalho, o que acreditamos não ser de conhecimento deste Conselho.

Pelo tipo de organização a que pertencemos e pelo tipo de profissionais que lidamos, um grupo altamente politizado, estamos constantemente expostos a *check* e confrontos, o que nos faz cada vez mais crescer e cuidar da transparência e seriedade de nosso trabalho. Nossa responsabilidade muitas vezes não é só um indivíduo, mas todos os passageiros que se utilizam indiretamente dos nossos serviços."

Claudia Regina A.C. Procópio, Gerente de Planejamento de Recursos Humanos; Denise Rodrigues da S. Rezende, Chefe de Divisão de Seleção e Acompanhamento.

### A Visão do Conselho

Consideramos equivocada a interpretação feita pelos psicólogos da VASP a respeito de nossa posição neste caso. Reiteramos os seguintes pontos: a carta que enviamos, inclusive à Presidência da empresa, não teve o objetivo e nem o teor de advertência; foi um alerta no sentido de orientar os profissionais acerca dos aspectos envolvidos na situação em questão. Além disso, a ação formal do Conselho, feita em ofício, significou, inclusive, um suporte legal para amparar uma eventual recusa, caso os psicólogos fossem obrigados a agir sob pressão por parte da diretoria da VASP. Assim, nossa atitude não colocou em dúvida, em nenhum momento, a seriedade e competência do trabalho desenvolvido por eles.

Nestes termos, o Plenário do CRP-06 ratifica a ação adotada e julga ter assumido a postura mais adequada, à medida que esta entidade deve, por função, se pronunciar sempre diante de fatos de tal natureza.

GRUPO DE ESTUDOS DE PSICANÁLISE  
ESTUDO CRONOLÓGICO DA OBRA DE FREUD  
INFORMAÇÕES

TEL: 62-0140  
COM JORGE BROIDE.

# As moções da 5ª C.B.E.



W. O. Oliveira/Agência F-4

**N**o período de 2 a 5 de agosto último, mais de 150 entidades representativas dos educadores brasileiros reuniram-se na V Conferência Brasileira de Educação, em Brasília, onde debateram e encaminharam propostas para a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

A V CBE, nas moções que aprovou, entende que a nova Lei de Diretrizes e Bases deve ter como eixo a universalização do ensino fundamental e a organização de um sistema nacional que, numa de suas dimensões, assegure a articulação orgânica dos diversos níveis e modalidades de ensino nas esferas federal, estadual e municipal; e que, em outra dimensão, propicie a contínua melhoria de sua qualidade e sua perene democratização, seja de sua gestão, seja de sua inserção social.

Em relação aos recursos imprescindíveis aos encargos educacionais, a nova LDB propõe que os percentuais mínimos de 18% e 25% (a serem arrecadados das receitas da União, dos Estados e dos Municípios, respectivamente) sejam calculados em termos reais a fim de evitar a corrosão inflacionária. Além disso, prevê a destinação de verbas, prioritariamente, ao ensino oficial e, ainda, destaca a necessidade de a gestão dos recursos ter normas e mecanismos transparentes que permitam o controle público.

Dentre outros princípios, a nova Lei pretende também ampliar a assistência ao educando, que atualmente está restrita aos serviços médicos e odontológicos. A proposta é de oferecer assistência integral à saúde do escolar, incluindo também o atendimento psicológico.

## Anote

Na primeira quinzena de novembro de 1989 acontecerá o **Simpósio Latino-Americano de Psicologia do Desenvolvimento**. Os temas de discussão serão: os efeitos da subnutrição sobre o desenvolvimento cognitivo; as relações entre desenvolvimento e fracasso escolar nas camadas populares; desenvolvimento social e adolescência na América Latina. Os organizadores do Simpósio convidam os pesquisadores e representantes de instituições a apresentarem trabalhos nas reuniões temáticas. Os interessados devem enviar resumo datilografado de sua contribuição ou proposta até 31 de dezembro de 1988. O endereço é: Secretaria do Simpósio Latino-Americano de Psicologia do Desenvolvimento, Mestrado em Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, CEP 50739.

O Centro de Estudos das Relações Mãe-Bebê-Família promoverá de 12 a 16 de dezembro próximo o "Evento Tavistock — Marta-Harris", com a presença de Gianna Henry Polacco Williams, Organising Tutor da *Tavistock Clinic* e Arthur Hyatt Williams, analista didata da *British Psycho-Analytical Society*. Para maiores informações procurar o endereço: Rua Califórnia, 686, Brooklin, São Paulo — CEP 04566.

A Associação Pró-Reintegração Social da Criança — Enfance realizará seleção de profissionais recém-formados para estágio com carga horária de 20 horas semanais, durante o ano de 1989, em Psicologia, Psiquiatria e Fonoaudiologia. O estágio oferece vivência institucional, práticas ambulatoriais e comunitárias, seminários teóricos e supervisões de trabalho. Inscrições abertas no período de 14 a 26 de novembro de 1988. Maiores informações à Rua Coimbra, 771 — Parque 7 de setembro, Diadema — São Paulo ou pelo telefone (011) 456-6155.

O curso de especialização em Orientação Vocacional (com abordagens de Bohoslavsky e Pelletier), no Instituto Sedes Sapientiae, estarão com inscrições abertas a partir de 10 de dezembro de 88. A duração é de 4 semestres letivos, sob responsabilidade das professoras: Ana Maria S. Vannucchi, Marisa T. Baptista e Yvette P. Lehman. Informações: Rua Ministro de Godoy, 1484, fone (011) 262-8024, São Paulo.

*Drogas na empresa: mito ou realidade?* é o tema do seminário que se realizará no dia 25 de novembro, sob promoção do Senac/Prodemp. Inscrições custam 19 OTNs até 17 de novembro. Informações: Senac, Rua Dr. Vila Nova, 228, 1º andar, tel. (011) 255-0066, São Paulo.

### FREUD EM PROMOÇÃO

Português 24 vols. (em até 4 vezes) | Espanhol 3 vols. de (4 vezes de Cz\$ 18.000,00)

### Manual de Psiquiatria

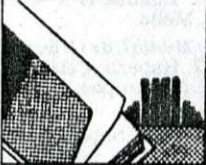
Henri-Ey > por Cz\$ 12.000,00  
Ajuriaguerra > ou em 2 vezes de Cz\$ 7.000,00

Pedidos pelo fone (011) 815.3344 — BIP 4516  
Horário de 9 às 17h30m, com Renato  
Atendo a qualquer Estado, Entrega a domicílio (CONFIRA!)

# Uma proposta que deu certo

Anita Liberalesso Neri

## Resenha



Num contexto educacional em que muito se discursa e apregoa, e pouco se planeja, faz e avalia, **Alfabetização e fracasso escolar**, o último livro de Sérgio A. Silva Leite, representa uma valiosa contribuição.

Embora no primeiro capítulo o autor pareça cortejar o discurso batido e desvinculado da ação que, no Brasil, tem dado conta da questão do fracasso escolar, nos demais capítulos prevalece a coerência com a idéia de que o educador deve descobrir e propor novas maneiras de lidar com as variáveis intra-escolares responsáveis pelo fracasso escolar. Em suma, a salutar substituição do palavreado, que ou meramente culpa a vítima, ou apenas vocifera contra o sistema, por um trabalho pedagógico miúdo e cotidiano sim, porém direcionado a promover transformações políticas, de dentro para fora do sistema escolar.

Foi esse fazer pedagógico, orientado por um processo constante de reflexão, avaliação e tomada de decisões sobre um evento em curso que, entre outras coisas, propiciou a coleta e a comunicação de dados sobre a experiência do Pró-Leste desenvolvido em escolas públicas e privadas de Mogi das Cruzes. O livro é, portanto, um relato de experiência, verdadeiro esforço de esclarecimento, na medida em que relata as sucessivas reformulações do projeto e suas justificativas, tal como surgiram para a equipe de educadores nele envolvida.

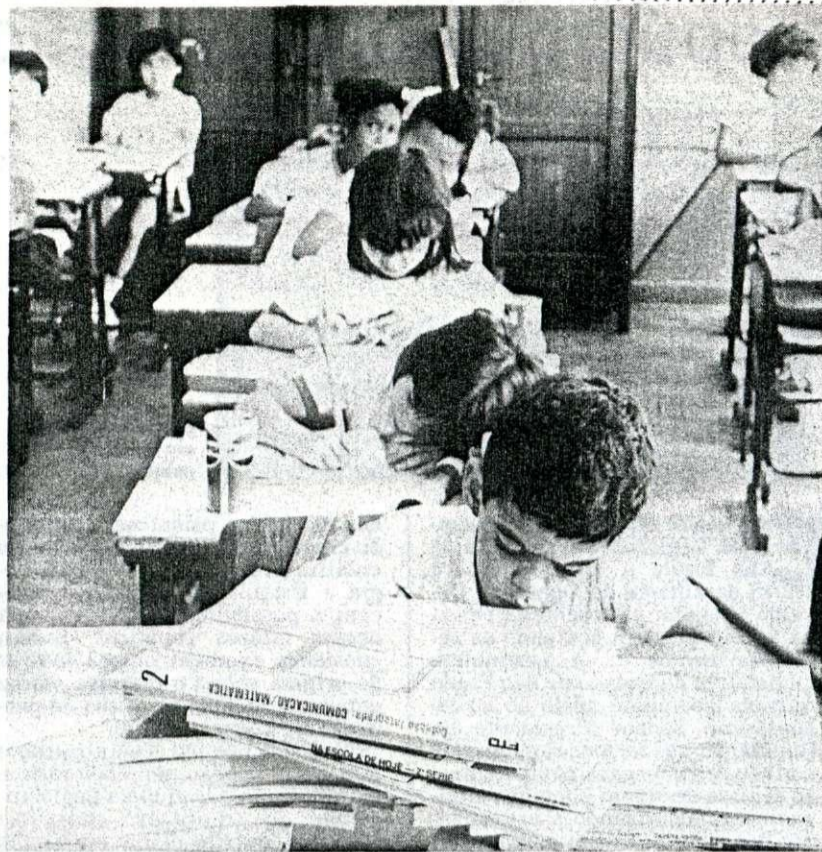
O Pró-Leste se assenta sobre os conhecimentos teóricos e empíri-

cos, e sobre a programação de objetivos, condições, conteúdos e atividades de ensino, derivados da Análise Experimental do Comportamento. Na prática do projeto, esses conhecimentos se consubstanciaram em procedimentos de especificação de pré-requisitos, avaliação do repertório de entrada da população, definição de objetivos terminais, análise e seqüenciamento de conteúdos e atividades, escolha de condições adequadas de ensino, respeito ao ritmo do aprendiz e avaliação constante do processo e da aprendizagem dos alunos.

Tais procedimentos e as tomadas de decisão a eles inerentes são considerados por Sérgio Leite como ações de natureza técnico-científica. Porém, e isso é importante, são indissociáveis das decisões de natureza ideológica que constituem o cerne da opção por objetivos, atividades e conteúdos curriculares, considerados como objetos e instrumentos em permanente construção.

O autor trata realisticamente das condições que a Escola tem para realizar seus currículos e programas. Assume a precariedade, mas deplora que ela seja enfrentada individualmente. O que propõe — e efetivamente faz e relata no Pró-Leste — é um projeto educacional voltado às questões da alfabetização e fracasso escolar que, apesar das dificuldades institucionais já conhecidas, pode e é realizado por um grupo de professores funcionando como tal. Seu papel é o de realizar um trabalho eficiente e crítico, ao propor ações viáveis que signifiquem a possibilidade de transformação das estruturas sociais a partir da própria escola. Realmente uma lufada de ar fresco!

Segundo Sérgio Leite, o Pró-Leste viveu sua fase de implantação e crescimento entre 1977 e 1980, se-



guida por outra de relativa descontinuidade nos anos seguintes. Hoje, a proposta é implementada por cerca de 20 escolas da região, mais de caráter privado do que público, muito embora já tenha sido demonstrada sua eficácia para o sistema público de ensino.

O segredo ensinado pelo livro de Sérgio Leite é o de que ensinar não é apenas uma questão de método, mas fundamentalmente da estrutura e organização da escola. Ou seja, ensinar é uma questão política que implica compromisso com os setores populares, competência, perseverança e continuidade, manifestos num fazer cotidiano, que mescla ação pedagógica, avaliação e crítica constantes, tanto a nível do próprio método, quanto também, dos valores que suportam o sistema.

Arrematando a sua mensagem, no capítulo 5, Sérgio Leite apresenta uma síntese de um debate ocorrido em 1986, no Instituto de Psicologia da USP, sobre o Pró-Leste. Ao responder às questões de seus interlocutores, o autor esclarece suas concepções sobre alfabetização. Segundo ele, são falsas as difundidas dicotomias: mecanização versus construção; método tradicional versus "moderno"; ênfase no pro-

duto versus ênfase no processo. Na verdade, a alfabetização é um processo multifacetado, na poli e na interdisciplinaridade necessárias ao esgotamento da questão, onde com certeza há lugar para o praticante do ensino inicial de leitura e escrita.

**Alfabetização e fracasso escolar** será lido, com proveito, por professores do 1º grau, administradores escolares, psicólogos, professores e estudantes de Psicologia e Educação. Seu valor reside principalmente no fato de representar um registro histórico sistemático da implantação, do acompanhamento e dos percalços de um projeto pedagógico que "deu certo". Não se trata de um texto técnico, muito embora a formação científica de seu autor seja nele transparente. Por isto, ele se recomenda também a pesquisadores e a estudantes de pós-graduação, talvez como uma amostra da conjugação bem dosada dos papéis de educador, psicólogo e pesquisador, conforme empreendida por Sérgio Leite no Pró-Leste.

Anita Liberalesso Neri é professora na Faculdade de Educação da UNICAMP.



## Agenda Especial

### O nosso 27 de agosto

19.08.88 — A Conselheira Aicil Franco participou da mesa-redonda promovida pela FEC, ao lado de representantes das Faculdades Metodista, Senador Fláquer e FEC. O tema foi "A Formação do Psicólogo" e a discussão partiu da apresentação de um panorama geral das condições de ensino da Psicologia, os principais problemas e as possibilidades de mudanças na situação.

26.8.88 — O Conselheiro Vice-presidente Adalberto Boletta de Oliveira participou da mesa-redonda promovida pela Delegacia Regional do CRP em Cuiabá. O tema da discussão foi as áreas de atuação: clínica, educacional e organizacional, com o enfoque nos problemas comuns e as especificidades de cada uma dessas práticas da Psicologia.

26.8.88 — O Assessor Roberto Yutaka Sagawa participou do debate promovi-

do pela Faculdade Metodista ao lado da delegacia Regional do ABC e do Representante da Metodista. O evento teve como tema a análise do vídeo "Psicologia, Imagens, Ações". A discussão centrou-se na concepção da Psicologia enquanto profissão de saúde, tendo em vista a perspectiva de ampliar os âmbitos de atuação, bem como de tornar acessível o serviço à população. Outra questão abordada se referiu à questão Profissão e Ciência, enfocando a produção do saber como uma necessidade contínua, incluída na prática do exercício profissional.

25.8.88 — A Delegacia Regional de Campinas em conjunto com a Sociedade de Psicologia de Campinas e o Instituto de Psicologia da PUC promoveram o debate: "Depois de 25 anos... Que rumos para a Psicologia?" A questão foi discutida do ponto de vista da profissão, da formação e pela ótica dos alunos.

05 a 27.8.88 — A Delegacia Regional de Lorena ao lado da Associação Valeparaibana de Psicólogos, da Faculdade Salesiana de Filosofia, Ciências e Letras e da Universidade de Taubaté promoveram a Jornada Comemorativa do Dia Nacional do Psicólogo. O evento trouxe os seguintes temas para discussão: "Aplicações de Técnicas Psicoterápicas numa Abordagem Existencial"; "Psicologia Escolar: Tendências Atuais"; "Saúde Mental e Trabalho"; "Saúde Comunitária"; "O Processo de Inserção da Profissão de Psicólogo na Comunidade".

15.8.88 — A Conselheira-Presidente Marlene Guirado participou da mesa-redonda "A Situação da Psicologia na América Latina — Enfoque Argentina e Brasil", promovida pela FEC-ABC. Em sua fala, ela abordou a regulamentação profissional, suas áreas privadas de atuação e a íntima relação exis-

tente entre as práticas predominantes de trabalho e as características previstas legalmente para a profissão. Em outras palavras, o que se observou foi o caráter avaliativo e de psicodiagnóstico da Psicologia, presente na maioria das atividades, independente do local de atuação, conforme a tripartição: empresa, escola, consultório.

Dando seqüência à reflexão, Marlene Guirado assinalou a sistematização, nos últimos anos, da Psicologia Institucional, que recebe esta denominação porque tem uma orientação teórico-técnica voltada à instituição como um todo. A partir dessa linha, ela levantou a questão do que é específico da Psicologia. E, para pensar a especificidade de ação do Psicólogo, propôs uma construção teórica diferente: deslocar o eixo da produção psicológica do indivíduo para o sujeito, entendendo a subjetividade como efeito das relações sociais.

# Repúdio à esterilização



Esta é uma obra artística criada por um paciente internado em hospital psiquiátrico

**E**stá sendo discutida na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo a Moção número 332/88 de autoria do Deputado Osvaldo Sbegeh, apresentada em 11 de agosto de 1988, contendo os seguintes termos "... A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo formula veemente apelo ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, nos termos regimentais e através dos órgãos competentes, no sentido de serem adotadas efetivas medidas, visando a esterilização dos doentes mentais, em nosso País".

O Deputado Osvaldo Sbegeh para fundamentar sua proposição argumenta que os doentes mentais — por gozarem de liberdade de convivência sexual — procriam filhos também doentes. E, como decorrência, segundo o Deputado, "nota-se um crescimento invulgar de excepcionais".

O CRP-06 considera absurda tal proposta, pois além de atentar contra o mais elementar dos direitos humanos, baseia-se em conceitos completamente equivocados. O primeiro equívoco fica por conta das noções — "psicopata", "doente mental" e "excepcional" — utilizadas pelo Parlamentar como se elas significassem a mesma e única patologia.

Outro conceito bastante questionável se refere à etiologia da doença mental. O Deputado preconiza a teoria de hereditariedade genética

dos distúrbios psíquicos, retomando uma corrente psiquiátrica muito enfatizada nos anos 30. A Psicologia e Psiquiatria atuais reconhecem a possibilidade de existência desses fatores genéticos, porém considera também outros fatores de origem social e psíquica, como determinantes no processo de produção da doença mental.

Também nos pareceu absurdo o fato desta moção ser elaborada e tramitada na Assembleia Legislativa sem que os órgãos — Conselho Regional de Psicologia, Conselho Regional de Medicina e Conselho Regional dos Assistentes Sociais — fossem sequer consultados. Este tema é uma questão teórico-técnica que diz respeito ao âmbito de ação dos mencionados Conselhos; por isso, seria de se esperar que assuntos desse nível recebessem o parecer das entidades que têm competência para opinar.

A moção 332/88 já foi aprovada pela Comissão de Justiça da Assembleia e atualmente tramita entre outras comissões. O Conselho manifestou o seu posicionamento contrário através de cartas enviadas à Presidência da Assembleia e aos Líderes de Partidos. Diante do risco da moção ser referendada, convocamos todos os colegas para que manifestem seu repúdio através de telegrama ou carta enviados à Comissão de Saúde ou Presidência da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

# Temas livres do I CONPSIC



**E**mbara ainda não tenham sido avaliadas todas as Comunicações de temas livres para serem apresentadas no I CONPSIC, estamos publicando a seguir os primeiros trabalhos que chegaram e que também foram avaliados e aprovados para apresentação. Lembramos os demais colegas, que já enviaram seus trabalhos, que estes ainda estarão sendo avaliados nas próximas semanas.

Estes trabalhos são os primeiros que já foram aprovados:

— *Formas de atuação do psicólogo em instituição hospitalar: estudo comparativo de dois grupos de mulheres quanto aos aspectos psicodinâmicos associados à obesidade*, por Dinorah F. Gioia Martins.

— *O papel do psicólogo no contexto hospitalar*, por Cássio R. Dias Lemos Figueiredo e Leila Denize da Silva.

— *A abordagem psicológica com pacientes hansenianos*, por Cássio R. Dias Lemos Figueiredo e Leila Denize da Silva.

— *Curso para formação de monitores em Educação Ambiental*, por Vera Regina Rodrigues.

— *Des/obede/serás: sobre o sentido da contestação adolescente*, por Maria Lúcia de Oliveira.

— *Educação, Saúde Mental e Trabalho: uma proposta de intervenção integrada em Psicologia*, por Mériti de Souza, Leila Ferreira Salles, Olga Ceciliato Mattioli, Hilda Miraz Camargo, Elizabeth Maria de O. Lutti Bertoincini e Francisco Hashimoto.

— *Diagnóstico organizacional em instituição de saúde: um projeto de intervenção no CSI-Assis*, por Elizabeth M.O. Lutti Bertoincini e Wilka Coronado Antunes.

— *Estimulação psicomotora em crianças pré-escolares carentes*, por José Favorito.

— *A quadrinização dos diálogos: avaliação emocional e terapia através de quadrinhos*, por Marina Tschipstschin Francisco.

— *Psicodiagnóstico fenomenológico-existencial: uma alternativa de atendimento*, por Cristina Menna Barreto Cupertino, Gohara Y. Yehia e Silvia Ancona Lopez Larrabure.

— *A vitimização física e sexual na família e o processo de formação da identidade*, por Dalka C. Almeida Ferrari.

— *A epidemia de AIDS: uma ampliação simbólica*, de Vera Paiva.

— *O trabalho da equipe de Saúde Mental do Hospital Emílio Ribas no atendimento a pacientes com AIDS*, de Celeste A. Bolcato, Cislene G. Haberli, Célia C.M. Klouri, Heloisa H.A. Campos, Roberto T.C. Mello.

— *AIDS e Saúde Mental*, de Celeste A. Bolcato, Cislene G. Haberli, Célia C.M. Klouri, Heloisa H.A. Campos, Roberto T.C. Mello.

— *O psicólogo na instituição escola: um trabalhador social*, de Adriana M. Machado, Beatriz de P. Souza, Cintia C. Freller, Denise T.R. de Souza e Marilene P.R. de Souza.

— *A profissão negada: um estudo exploratório do universo psicossocial de atendentes de enfermagem de Hospitais e Centros de Saúde da Grande SP*, de Mônica G.T. Amaral.

— *A promoção de um serviço de consultoria a professores como alternativa para o encaminhamento de crianças à educação especial*, de I.M. Bertini, H.T. Siqueira e V.L.S. Machado.

— *Assistência psicológica a casais durante o ciclo grávido puerperal*, de Fátima Ferreira.

— *O psicólogo e seu paciente sem a intervenção de um modelo psicoterápico*, de Sophia R. Caracushansky.

— *Relato de experiência sobre a variação do método de estimulação essencial numa instituição com menores carentes*, de Lígia C.P. Maxta.

— *Observação da relação mãe-bebê-família*, de Heloisa M.H. Marton e M. Valéria S. Bezerra.

— *Observador como continente no vínculo mãe-bebê*, de M. Graça Palmigiani e Tédima D. Batista.

— *Observador como continente em instituição*, de Ana R.C.A. Pernambuco e Deborah M.S. Ribeiro.



## Palavra Aberta

**R**ecebemos a seguinte carta do psicólogo Dirceu R. Carvalho: "O artigo de Maria José Tonelli (*Aborto: crime, direito ou opção?*, *Jornal do CRP-06* n° 56) é instigador e coloca a autora num debate histórico a respeito do que os psicólogos estão cada vez mais intervindo.

Independente da matéria referida, gostaria de expressar uma opinião a respeito da coluna "Palavra Aberta" que, a meu ver, estaria sendo adequadamente usada se estivesse disponível ao leitor como um canal de comunicação entre a "comunidade" e o CRP. Se bem me lembro o espaço teria sido instituído com uma reformulação do *Jornal* para que este se tornasse um instrumento crítico em relação a um desejo e um posicionamento do grupo que assumiu a direção do Conselho. Assim, "Palavra Aberta" foi instituída como um fio de comunicação entre os leitores e a gestão anterior.

Assim, penso que a lembrança é oportuna por outras razões que não cabem no espaço desta carta. Seria viável um jornal que conceituasse a direção, o pensamento, as contra-

dições do trabalho realizado pelo Conselho. Imagino que é destes elementos que poderíamos ter uma base para (contra)propor uma chapa nas próximas eleições que fosse histórica. De outra forma, a descontinuidade e a dicotomia estarão trabalhando a favor do retrocesso".

Resposta do  
Jornal do  
CRP-06

A seção "Palavra Aberta" é um canal de comunicação, de reflexão e de debate da categoria com o CRP-06 e vice-versa. Constitui-se num espaço aberto aos colegas e demais profissionais de Saúde, Educação e Trabalho. Seu critério editorial, pelo qual é pautado, contempla um assunto específico por edição, prevendo inclusive espaço de réplica ou tréplica, como uma verdadeira tribuna de manifestação de opiniões e de posições.

Quanto às demais observações sobre o caráter do *Jornal do CRP-06* e a atual gestão do CRP-06 parecem ser improcedentes. O *Jornal do CRP-06* tem sido constantemente um veículo muito preocupado com a qualidade dos serviços psicológicos prestados à população, tanto em termos éticos quanto teórico-

técnicos. Esta proposta reflete-se de forma informativa e opinativa. Em especial, o Editorial vem sempre assumindo explicitamente as posições da Gestão Palavra Aberta II quanto a questões, contradições, avanços, dilemas, conquistas, retrocessos, críticas etc. que se referem à nossa categoria e à Psicologia em suas especificidades de realidade brasileira.

## Reforma administrativa estadual

**O** *Jornal CRP-06* divulgou, na edição n° 56, informações sobre a reforma administrativa proposta pelo Governo do Estado de São Paulo. Em resposta à matéria, dois profissionais enviaram cartas manifestando suas opiniões em relação à questão. São eles: Gleice Corradini, psicóloga contratada há 10 meses pelo SUDS-26 Amparo, e Rui Carlos Guilherme, psicólogo do Presídio de Itirapina.

Os profissionais cumprimentam o CRP por mobilizar-se contra o projeto governamental que propõe classificar os psicólogos em faixa

inferior à faixa das outras categorias de formação universitária equivalente. Gleice Corradini acrescenta outros atos discriminatórios ocorridos nos Serviços Públicos: "O profissional contratado na condição de CLTista não recebe *pro labore* e nem pode assumir funções de coordenação e chefia, porém, ele acaba assumindo, na prática, uma série de responsabilidades (não remuneradas)".

Rui Carlos Guilherme, por sua vez, explica que "o salário do psicólogo em início de carreira nos órgãos estaduais era, em junho, Cz\$ 49.843,16 por 40 horas semanais de trabalho; agora, com reajuste de 45% passou a ser Cz\$ 72.272,58 pela mesma jornada". Ele levanta ainda outra questão: "os profissionais, que já estavam em exercício na rede pública, passaram por um reequadramento para se calcular em que nível seriam classificados dentro de suas respectivas faixas. E, como resultado desse processo de reequadramento, se viu profissionais com 12, 14 anos de exercício efetivo sendo classificados no nível 1; ou seja, eles passam a receber remuneração semelhante ao profissional de início de carreira, com exceção de um pequeno acréscimo de 5% por cada quinquênio".

material produzido na psicoterapia, sendo tal procedimento minucioso e lento, onde deve ser respeitado o ritmo e a evolução do paciente. Assim, o tempo é primordial no processo.

**03.03. Psicoterapia de Casal**  
Atendimento terapêutico que, partindo de determinada abordagem teórica, utiliza-se de técnicas específicas a fim de propiciar a análise dos conflitos emergentes e latentes do casal, favorecendo em seu ajustamento como par e em sua relação com o ambiente.

Procedimento que, em geral, requer consultas mais longas que a psicoterapia individual, com duração média de uma sessão e meia.

**03.04. Psicoterapia Familiar**  
Processo semelhante à psicologia de casal mas que focaliza todos os elementos de uma família nuclear, possibilitando maior amplitude no atendimento. Utiliza-se, em média, o tempo de duas sessões individuais.

**03.05. Psicoterapia em Grupo**  
Atendimento terapêutico com objetivos análogos à psicoterapia individual que, considerando uma abordagem teórica determinada, atende a um grupo de pacientes (adolescentes ou adultos), enfocando mais especificamente a dinâmica do grupo como um todo e aspectos de cada participante a partir desta dinâmica. A técnica favorece a elaboração das dificuldades de relacionamento interpessoal e a re-inserção social do paciente.

Dependendo da abordagem teórica pode ser necessária a presença de dois terapeutas no grupo.

**03.06. Ludoterapia — Individual**  
Atendimento terapêutico realizado com crianças (incluindo pré-adolescentes) que tem objetivos análogos à psicoterapia de adultos, pretendendo-se efetuar mudanças básicas no equilíbrio intrapsíquico do paciente, fortalecendo o ego através de uma auto-imagem mais desenvolvida e de uma melhor percepção de suas vivências e da realidade.

A ludoterapia baseia-se na utilização do jogo, considerando o brincar como uma forma de expressão própria da criança que lhe possibilita uma conscientização da realidade. Além do jogo, o tratamento pode incluir a interpretação de sonhos, desenhos e verbalizações do paciente.

**03.07. Ludoterapia em Grupo**  
Atendimento terapêutico com objetivos análogos à ludoterapia individual que, considerando uma determinada abordagem teórica, atende a um grupo de crianças, enfocando mais especificamente a dinâmica do grupo como um conjunto, as relações interpessoais entre os participantes e os aspectos individuais que entram em jogo nestas relações.

Os grupos podem ter uma duração média de 60 a 90 minutos e podem necessitar da presença de 2 terapeutas.

**03.08. Terapia Psicomotora Individual**  
Atendimento terapêutico, realizado com crianças e adolescentes, que parte do pressuposto de uma integração físico-psíquica, entendendo que tanto dificuldades funcionais motoras podem trazer prejuízos emocionais como perturbações psíquicas podem encontrar manifestações através de distúrbios motores.

Na terapia psicomotora a escolha da técnica rege-se menos pela abordagem direta do sintoma evidente e mais pela busca do paciente por um autoconhecimento e uma percepção mais acurada de si e de seu corpo no mundo, com suas potencialidades, dificuldades e mesmo incapacidades. Propõe-se, assim, a construir ou reorganizar as estruturas psíquicas responsáveis pelo movimento, fornecendo uma interação dos aspectos afetivos com os motores, para uma melhor organização das funções cognitivas e de personalidade como um todo, permitindo um aperfeiçoamento do equilíbrio psíquico, tônico e físico.

**03.09. Terapia Psicomotora em Grupo**  
Atendimento terapêutico com objetivos análogos à terapia psicomotora individual, que atende a um grupo de crianças ou adolescentes. Os grupos podem ter uma duração média de 60 a 90 minutos.

**04. Tópicos Especiais**

**04.01. Caixa Lúdica individual**  
Constitui-se numa caixa de uso exclusivo do paciente, onde se encontram reproduções em miniatura dos principais objetos de interação da criança com o ambiente, como: móveis (sala, quarto, cozinha, banheiro), veículos, utensílios domésticos, bonecos (nenê, papai, mamãe, etc...), material gráfico e expressivo (lápis-cera, lápis de cor, tintas, etc...), jogos e brinquedos diversos (de armar, encaixes, cubos, etc...).

Estes materiais são utilizados pela criança na ludoterapia, sendo permitida sua utilização, em geral, de forma livre, podendo ser alterados e/ou danificados.

**04.02. Caixa Lúdica de Grupo**  
Material de uso de cada participante de um grupo de crianças, que, em geral constitui-se de material gráfico e expressivo. Na situação de grupo, normalmente, os jogos, reproduções e brinquedos diversos são de uso comum ao grupo.

**04.03. Caixa para Terapia Psicomotora — Individual**  
Caixa de uso exclusivo da criança, que, em geral, constitui-se de material gráfico e expressivo.

**04.04. Caixa para Terapia Psicomotora — Grupo**  
Material análogo ao utilizado no atendimento individual para uso de cada participante do grupo.

**BIBLIOGRAFIA:**

- Aberastury, Arminda — "Psicanálise da Criança, Teoria e Técnica". Porto Alegre, Artes Médicas Editora, 1986.
- Associação dos Psicólogos de Santos — "Tabela de Honorários Mínimos"
- Representação do CRP-06 (Delegacias de Bauru, Campinas e Grande ABC).
- Comissão de Honorários do Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo.

**A TABELA APLICA-SE AOS PSICOTÉCNICOS?**

Uma circular (datada de 09/09/88) do Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo afirma que a tabela de honorários de psicólogos conveniados por empresas de assistência médico-psicológica deve ser extensiva e aplicável aos exames psicotécnicos para motoristas (conforme item 02.08: Avaliação da Estrutura da Personalidade), definindo com base em tal critério o valor mínimo de Cz\$ 5.270,60.

Ao tomar conhecimento da circular, o Plenário do CRP-06 pautou e discutiu o conteúdo dela na reunião de 26 de setembro, reafirmando sua posição de que esta tabela de honorários de psicólogos conveniados não é normativa e, portanto, não pode estabelecer seu cumprimento através de valores mínimos. Além disso, existe uma razão de ordem jurídica que está sendo contrariada pelo conteúdo da circular. Segundo Silvia Helena Terra, assessora jurídica do CRP-06, o estabelecimento do valor dos honorários de psicotécnicos compete ao âmbito de decisão do DETRAN, através de portarias.

O CRP-06 já entrou em contato com o Sindicato dos Psicólogos que providenciou as retificações da circular.

**Os honorários de Psicólogos Conveniados**

O Conselho Regional de Psicologia-6ª Região e o Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo desenvolveram um trabalho conjunto sobre honorários de psicólogos clínicos credenciados em convênios de assistência médico-hospitalar e psicológica. Deste trabalho resultou uma tabela de honorários mínimos, com a respectiva descrição de atividades, que foi votada e aprovada em Assembléia realizada no dia 2 de setembro último, no Sindicato dos Psicólogos.

Apesar de não ser normativo o cumprimento da tabela, é indicado que os colegas acatem a decisão da Assembléia e colaborem para a categoria como um todo, no que se refere à remuneração deste tipo de prestação de serviço psicológico.

O valor do coeficiente de honorários para a grande São Paulo é de Cz\$ 72,20, válido até setembro, prevendo-se um reajuste mensal, com base na variação do IPC.

**TABELA DE HONORÁRIOS MÍNIMOS**

	<b>ÍNDICE</b>
<b>01. ATENDIMENTO PSICOLÓGICO</b>	
01.01. Consulta Psicológica	47
01.02. Entrevista de contrato terapêutico (máximo 3)	47
01.03. Entrevista com familiares	52
01.04. Orientação vocacional (Incluindo testes vocacionais e orientação)	366
01.05. Psicomotricidade — individual	42
01.06. Psicomotricidade em grupo (para cada participante)	21
01.07. Psicopedagogia — individual	42
01.08. Psicopedagogia em grupo (para cada participante)	21
01.09. Atendimento psicoprofilático de gravidez, parto e puerpério, individual ou casal	42
01.10. Atendimento psicoprofilático da gravidez, parto e puerpério em grupo (para cada participante)	21
<b>02. AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA</b>	
02.01. Avaliação de prontidão para alfabetização	47
02.02. Avaliação de nível intelectual (G36, INV, Raven, Kohs, Cattell, Colúmbia, Dominós, D48)	47
02.03. Avaliação intelectual (Wisc, Wais, CIA, Terman-Merril)	94
02.04. Avaliação psicomotora (5 a 10 subtestes)	94
02.05. Teste Gestáltico viso-motor de Bender	47
02.06. Avaliação de características de personalidade (16 PF, MMPI, Desiderativo, Wartegg, Fábulas Duss)	47
02.07. Avaliação da dinâmica da personalidade (TAT, CAT, TRO, MAPS)	99
02.08. Avaliação de estrutura da personalidade (Pfister, Zulliger, PMK, HTP)	73
02.09. Teste de Rorschach	251
02.10. Avaliação psicológica completa (acompanhada de relatório confidencial)	272
02.11. Entrevista Devolutiva	52
02.12. Observação de campo (visita domiciliar e/ou escolar)	94

<b>03. ATENDIMENTO PSICOTERÁPICO</b>	
03.01. Orientação de pais ou familiares	52
03.02. Psicoterapia individual	47
03.03. Psicoterapia de casal	73
03.04. Psicoterapia familiar	73
03.05. Psicoterapia em grupo	26
03.06. Ludoterapia individual	26
03.07. Ludoterapia em grupo (para cada participante)	26
03.08. Terapia psicomotora individual	47
03.09. Terapia psicomotora em grupo (para cada participante)	26
<b>04. TÓPICOS ESPECIAIS</b>	
04.01. Caixa lúdica — material de uso individual, descartável utilizado na ludoterapia individual	104
04.02. Caixa lúdica — material de uso individual, descartável utilizado na ludoterapia em grupo (para cada participante)	26
04.03. Caixa para terapia psicomotora-material de uso individual descartável	104
04.04. Caixa de terapia psicomotora-material de uso individual, descartável, utilizado em terapia psicomotora em grupo (para cada participante)	26

**OBSERVAÇÕES:**

O valor dos honorários deve ser obtido multiplicando-se o índice, atribuído a cada procedimento da tabela, por um coeficiente de honorários.

O coeficiente de honorários representa a unidade básica para o cálculo de preço dos serviços. Tem valor unitário, variável de acordo com a inflação, reajustável periodicamente, sendo este valor divulgado pelo Sindicato.

**DESCRIÇÃO DO ATENDIMENTO PSICOLÓGICO CLÍNICO**

**01. Atendimento Psicológico**

- 01.01. Consulta Psicológica  
Esclarecimento solicitado ao psicólogo sobre algum distúrbio emocional, problemas de conduta, disfunção psicomotora ou outros.
- 01.02. Entrevistas de Contrato Terapêutico  
Conjunto de procedimentos análogos às consultas, realizadas com o paciente e/ou seus familiares, a fim de estabelecer a forma de atendimento terapêutico e suas regras. Ocorre antes de se iniciar a psicoterapia.
- 01.03. Entrevistas com Familiares  
Conjunto de procedimentos, solicitado pelo psicólogo aos familiares do paciente, para o levantamento de informações que propiciem estabelecer uma hipótese diagnóstica do distúrbio apresentado. Em geral, é realizada com mais de uma pessoa e tem duração maior que a consulta usual.
- 01.04. Orientação Vocacional  
Conjunto de procedimentos utilizados para auxiliar o sujeito em sua escolha ocupacional. Consta de uma avaliação global incluindo aspectos intelectuais, emocionais, psicomotores, aptidões e interesses. Tem por objetivo estabelecer um diagnóstico da identidade profissional do paciente. São necessárias de oito a doze sessões com o paciente, para entrevistas, aplicação de testes e orientação. Deve-se utilizar ainda quatro a cinco horários da consulta para a avaliação do material e dos testes e elaboração do laudo vocacional.
- 01.05. Psicomotricidade — Individual  
Atendimento que inclui um conjunto de técnicas e exercícios visando a uma reeducação dos aspectos psicomotores do indivíduo com problemas motores, sejam eles por retardo, atraso, incapacidade, ou outros. Tem por objetivo trabalhar as relações da criança com o próprio corpo, ressaltando os aspectos comunicativos e dando possibilidades de domínio do corpo, aumentando a eficácia dos gestos, a economia de energia e favorecendo uma harmonia corporal.
- 01.06. Psicomotricidade em Grupo  
Procedimento análogo à psicomotricidade individual realizado com pequenos grupos de crianças.
- 01.07. Psicopedagogia — Individual  
Conjunto de procedimentos utilizados pelo psicólogo, a partir de uma abordagem teórica determinada, visando ao atendimento de crianças e adolescentes com dificuldades de aprendizagem e/ou problemáticas específicas (deficiência mental, visual, física ou de comunicação). Objetiva reduzir ou eliminar bloqueios referentes à aprendizagem a fim de que o indivíduo possa ampliar suas possibilidades, atingindo uma melhor integração consigo mesmo e com o mundo que o cerca.
- 01.08. Psicopedagogia em Grupo  
Procedimento análogo à psicopedagogia individual realizado em pequenos grupos com crianças e adolescentes.
- 01.09. Atendimento psicoprofilático da gravidez, parto e puerpério — individual  
Conjunto de procedimentos que tem por objetivo o atendimento de casais ou gestantes durante esta fase da vida, marcada por acentuadas mudanças, evidenciadas pela expectativa de um novo desempenho de papéis. O atendimento visa a facilitar o processo de busca de respostas às novas demandas que se colocam.
- 01.10. Atendimento psicoprofilático da gravidez, parto e puerpério — em grupo  
Procedimento análogo ao atendimento psicoprofilático individual realizado em pequenos grupos com gestantes ou casais.

**02. Avaliação Psicológica**

- 02.01. Avaliação da prontidão para alfabetização  
Conjunto de procedimentos utilizados para avaliar o índice de maturidade da criança para a aprendizagem da leitura e escrita.
- 02.02. Avaliação de nível intelectual  
Conjunto de procedimentos utilizados para avaliar a capacidade do indivíduo da mobilização das funções intelectuais. Em geral, aborda a inteligência nos aspectos: compreensão, análise-síntese, raciocínio.
- 02.03. Avaliação Intelectual  
Conjunto de procedimentos que utiliza instrumentos psicológicos mais complexos a fim de avaliar a capacidade intelectual do indivíduo, tanto em seus aspectos quantitativos quanto qualitativos (informação, memória, julgamento, atenção-concentração, pensamento associativo, compreensão, percepção visual, análise-síntese, raciocínio, etc...)
- Utilizam-se, em média, 2 consultas para aplicação e igual período de tempo para a avaliação.
- 02.04. Avaliação Psicomotora  
Conjunto de procedimentos utilizados para avaliar os aspectos psicomotores da criança, incluindo: organização e integração motora, orientação temporal, orientação espacial, esquema corporal, eficiência psicomotora, etc...
- Utilizam-se, em média, 2 consultas para aplicação e período de tempo análogo para a avaliação.
- 02.05. Teste Gestáltico Viso-Motor de Bender  
Instrumento psicológico para a avaliação de aspectos psicomotores relacionados ao grafismo, que indica o nível de desenvolvimento perceptivo motor do indivíduo, possibilitando também um maior esclarecimento no diagnóstico diferencial de distúrbios de origem emocional e/ou neurológica.
- 02.06. Avaliação de Características da Personalidade  
Conjunto de instrumentos psicológicos utilizados para a avaliação de traços da personalidade do indivíduo e que caracterizam seu funcionamento afetivo-emocional.
- 02.07. Avaliação da Dinâmica da Personalidade  
Instrumentos psicológicos que visam a análise da dinâmica interna do paciente, a natureza de suas relações inconscientes, a sua forma de organização de vínculos, os sistemas defensivos utilizados frente às diferentes situações e as possibilidades de modificações das formas de defesa utilizadas. Trata-se de material que requer em média 2 consultas para a aplicação e 2 consultas para a avaliação de cada teste.
- 02.08. Avaliação da Estrutura da Personalidade  
Instrumentos psicológicos que avaliam os recursos emocionais do indivíduo fornecendo uma análise global que inclui aspectos intelectuais, da personalidade, capacidade de controle dos impulsos, possibilidades afetivas, de adaptação social e equilíbrio emocional.
- Utilizam-se, em média, 1 consulta para a aplicação e 2 consultas para a avaliação de cada teste.
- 02.09. Teste de Rorschach  
Instrumento psicológico complexo que é utilizado para a avaliação da estrutura e da dinâmica da personalidade. Avalia:
  - Aspectos cognitivos ou intelectuais: nível de funcionamento intelectual; capacidade de observação; organização e elaboração mental; capacidade de crítica; objetividade; tipo de percepção da realidade; originalidade do pensamento; contato com a realidade; produtividade; amplitude de interesses e adequação social.
  - Aspectos afetivo-emocionais: capacidade e tipo de reação emocional e relacionamento afetivo; formas de elaboração de perdas; maturidade emocional; estabilidade interna; reação ao stress emocional e controle dos impulsos; modelos de identificação (auto-estima, autoconceito e auto-imagem); força do ego, ansiedade e defesas utilizadas.
  - Interferência de aspectos emocionais na produção intelectual. O teste de Rorschach diferencia entre causas orgânicas e emocionais, avaliando as possibilidades do indivíduo de aproveitamento em psicoterapia. Devido à sua complexidade, requer em média 2 consultas para aplicação e período de 5 a 10 horas para avaliação.
- 02.10. Avaliação Psicológica Completa  
Conjunto de procedimentos de avaliação psicológica visando o esclarecimento diagnóstico, considerando o indivíduo globalmente em seus aspectos intelectuais, afetivo-emocionais e psicomotores. Requer em média 2 a 3 consultas iniciais com o paciente (e familiares no caso de crianças, adolescentes ou adultos dependentes), 3 a 5 consultas para a aplicação de testes psicológicos, 4 a 5 horários para a avaliação do material (incluindo os testes), e 1 a 2 consultas para a comunicação dos resultados e orientação do paciente e/ou familiares.
- 02.11. Entrevista Devolutiva  
Procedimento utilizado para comunicar ao paciente e/ou familiares os resultados da avaliação psicológica e realizar os encaminhamentos e orientações pertinentes.
- 02.12. Observação de Campo  
Conjunto de procedimentos utilizados para completar o diagnóstico psicológico. Pode constar de visita domiciliar, à escola ou a outras instituições que atendam o paciente. Envolve a locomoção do profissional até o local do evento e a realização de procedimentos técnicos.

**03. Atendimento Psicoterápico**

- 03.01. Orientação de pais ou familiares  
Procedimento que tem por objetivo o atendimento de pais visando a facilitação no desempenho deste papel. Pode ser realizado periodicamente a fim de acompanhar a evolução do paciente em atendimento (ludoterapia, psicoterapia, terapia psicomotora, psicomotricidade, etc...), pelo psicólogo que atende ao filho, ou ser efetuado por outro profissional, podendo ter um enfoque tanto preventivo quanto terapêutico, e, neste caso, requerer uma periodicidade e regularidade maiores. A orientação, em geral, inclui o casal podendo ter cada sessão uma duração mais prolongada do que o atendimento individual.
- 03.02. Psicoterapia Individual  
Atendimento terapêutico que visa o tratamento dos distúrbios emocionais, evolutivos e problemas de ajustamento, no qual o psicólogo, a partir de uma determinada abordagem teórica, estabelece uma relação profissional com o paciente, visando: (1) promover, modificar ou retardar os sintomas existentes; (2) conscientizar elementos perturbadores da conduta; (3) proporcionar um crescimento e desenvolvimento da personalidade.
- Destacam-se as seguintes abordagens: Psicanálise, Psicoterapia Dinâmica, Psicologia Analítica, Psicodrama, Análise Transacional, Terapia centrada na pessoa, Gestalt-terapia, Bio-energética, etc. A maioria das abordagens em psicoterapia leva em conta que os principais processos etiológicos causadores de distúrbios psíquicos são de natureza inconsciente e que a conscientização dos conteúdos patogênicos seja um fator terapêutico. Ao terapeuta cabe a observação e a análise do